

CONSTRUCIONISMO, PRÁTICAS DISCURSIVAS E POSSIBILIDADES DE PESQUISA EM PSICOLOGIA SOCIAL

Ricardo Pimentel Méllo

Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil

Alyne Alvarez Silva

Maria Lúcia Chaves Lima

Angela Flexa Di Paolo

Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil

RESUMO: Este artigo apresenta o movimento construcionista como uma perspectiva crítica em Psicologia Social que propõe compreender os processos de institucionalização que tornaram certos acontecimentos essencializados. Para tanto, enfoca o estudo das práticas discursivas, considerando a linguagem como prática que provoca efeitos. Essa perspectiva possibilita estudos que focalizam acontecimentos na interface entre os usos da linguagem e as condições de sua produção e veiculação. O movimento indica que é necessário direcionar pesquisas para os regimes de verdade que as práticas discursivas sustentam ou rompem e, também, para as relações de poder que controlam, selecionam e organizam os enunciados.

PALAVRAS-CHAVE: Construcionismo; práticas discursivas; linguagem; Psicologia Social.

CONSTRUCTIONISM, DISCURSIVE PRACTICES AND POSSIBILITIES OF RESEARCH IN SOCIAL PSYCHOLOGY

ABSTRACT: This paper presents the constructionist movement as a critical perspective in Social Psychology, which proposes to understand and explain the processes of institutionalization that have made certain facts essentialized. For such, it focuses on the study of discursive practices, regarding language practice as a cause of effects. This language perspective makes research possible that focuses happenings in the interface between the uses of language and the conditions of its production and propagation. The movement indicates the need to redirect research to the regimes of truth that the discursive practices sustain or break and, also, for the relations of power that control, select and organize enunciations.

KEYWORDS: Constructionism; discursive practices; language; Social Psychology.

Considerando a diversidade teórica e metodológica que perpassa os diferentes campos de atuação em Psicologia Social, este trabalho pretende situar uma perspectiva que tem adquirido intensa visibilidade desde as últimas décadas do século XX: o construcionismo. Sendo um movimento que se configura em um momento onde fervilham estudos sobre a linguagem, o construcionismo traz importantes contribuições aos questionamentos feitos à tradição que considerava a linguagem como possível de representar a "realidade".¹ Dessa forma, é uma perspectiva que se opõe às vertentes representacionistas e ajuda a delinear novas formas de investigação a partir de um ponto de vista pragmático da linguagem. Para os pesquisadores que embasam seus estudos nesta postura, linguagem é uma forma de ação no mundo, é uma prática. Desse modo, é possível articular a noção de práticas discursivas às produções que se realizam na academia e no cotidiano, entendendo-as sempre como efeitos de negociações.

A Linguagem em Foco

No decorrer das décadas de 70 e 80, alguns estudiosos começaram a adotar a expressão "giro lingüístico" para

designar a progressiva atenção que foi dedicada à linguagem nas ciências humanas e sociais no decorrer do século XX. Esta crescente relevância da linguagem favoreceu uma nova concepção de "realidade", assim como a emergência de novos conceitos acerca da natureza do conhecimento, assim como da própria concepção de linguagem, o que conseqüentemente provocou a necessidade de desenhar novas formas de investigação.

Pode-se dizer que duas rupturas foram responsáveis pelo início do "giro lingüístico": (a) com a tradição filológica, liderada por Ferdinand de Saussure e (b) com a hegemonia da filosofia da consciência, liderada por Gottlob Frege e Bertrand Russell, de acordo com Ibáñez (2004).

Com Saussure instituiu-se a "lingüística moderna", que propôs conceitos e uma metodologia que viabilizava o estudo da língua considerada "por si mesma e em si mesma" (Ibáñez, 2004, p. 21), em vez de simplesmente comparar as línguas e estudar sua evolução histórica como propunham os filólogos. A proposta de Saussure fundamentou a lingüística moderna como disciplina, inspirando a corrente estruturalista, em especial os trabalhos de Lévi-Strauss.

Frege e Russell, considerando as palavras como correspondentes aos objetos do mundo externo, rompem com a filosofia da consciência, em que a linguagem é concebida apenas como um instrumento para expressar o mundo interior, os pensamentos. Apesar do deslocamento do estudo das “idéias”, consideradas existentes dentro de nossas “mentes”, para o estudo dos enunciados lingüísticos, ou seja, da passagem de uma filosofia da consciência para uma filosofia da linguagem, a linguagem ainda era vista como possível de corresponder à “realidade”.

Nos rastros de Frege e Russell, Ludwig Wittgenstein publica o “*Tratado Lógico-Filosófico*” (em 1921), influenciando os filósofos positivistas lógicos do “Círculo de Viena”, que visavam reformar a linguagem, elaborando uma “linguagem ideal”, sem ambigüidades e de acordo com a realidade empírica (Ibáñez, 2004). Quando Wittgenstein publica *Investigações Filosóficas* (em 1952), obra cujas propostas vão de encontro às anteriormente elaboradas no Tratado Lógico-Filosófico, influencia filósofos da Universidade de Oxford, como John Austin, que dá ênfase ao caráter performativo da linguagem: é o fim da possibilidade de se criar uma linguagem ideal.

A linguagem passa a ser concebida como um instrumento para criar acontecimentos e condição de existência para certos “estados de coisas”, como ressalta Ibáñez (2004, p. 33-34): “certos enunciados constituem literalmente ‘atos de linguagem’ à medida que sua enunciação é inseparável da modificação ou da criação de um estado de coisas que não poderia surgir independentemente dessa enunciação.”

Esta perspectiva da linguagem é centrada nas relações do cotidiano e abre precedentes para várias perspectivas nas ciências humanas e sociais, permeando inúmeros campos teóricos e metodológicos de atuação. Entre eles, encontra-se a perspectiva construcionista, propondo uma reflexão crítica acerca da produção do conhecimento, na medida em que se opõe às posturas representacionistas, considerando a linguagem como forma de ação no mundo, o discurso como uma prática ou uma “prática discursiva”, como propõe Foucault (1971/1996, 1969/2000).

O Movimento Construcionista na Psicologia Social

No campo plural da Psicologia Social, o movimento construcionista tem contribuído com férteis reflexões teóricas e metodológicas, enfocando a linguagem, (abordada neste artigo como práticas discursivas), na busca de compreender os processos de institucionalização que tornaram certos acontecimentos “essencializados”. Contudo, como afirmam Rasera, Guanaes e Japur (2004), o construcionismo deve ser entendido como um campo de tensões, uma vez que dentro do Movimento há vários posicionamentos epistemológicos distintos e até mesmo contraditórios. Esses autores exemplificam tal diversidade: “Danzinger (1997) descreve um *light constructionism* e um *dark construc-*

tionism, Zuriff (1998) distingue um construcionismo empírico de um construcionismo metafísico, Shotter (1993) fala de um construcionismo responsivo-teórico, Gergen (1985) e Harré (1998) propõem diferentes pressupostos para o construcionismo” (Rasera, Guanaes & Japur, 2004).

Frente a essa diversidade, preferimos tratar o construcionismo como um Movimento, no sentido de processos de mudanças e deslocamentos, animação, agitação e vivacidade. Para autores como Kenneth Gergen, Tomás Ibáñez, Lupicínio Íñiguez e Mary Jane Spink, entre outros, o construcionismo não se caracteriza como uma teoria, uma vez que não pretende postular verdades a partir de princípios pré-estabelecidos e inquestionáveis. Caracteriza-se, então, como um Movimento, uma postura crítica diante do mundo.

Gergen (1985) afirma que a perspectiva surgiu tentando transcender um movimento pendular que marcou amplamente a história da filosofia do conhecimento e também a trajetória da Psicologia. De um lado, os empiristas lógicos consideram o conhecimento uma representação mental de eventos do mundo real (perspectiva exogênica); de outro, fenomenologistas, racionalistas, idealistas afirmam ser o conhecimento originado em processos endêmicos ao organismo, alguns considerados inatos (perspectiva endogênica). Desafiando tal movimento pendular e rompendo com o tradicional dualismo sujeito-objeto, a perspectiva construcionista questiona a noção de conhecimento como representação mental e/ou seu suposto caráter natural.

Para Íñiguez (2003), se for possível identificar algo como característica que norteie o movimento construcionista é justamente essa postura crítica, de constante questionamento daquilo que é considerado como óbvio ou natural ou que se estabilizou tornando-se uma verdade cristalizada. Nesta perspectiva, enfatiza-se os acontecimentos são construídos sócio-historicamente, circulando sob inúmeras versões.

Na impossibilidade de definir princípios do construcionismo e para não cair numa trivialidade ao afirmar que tudo é uma construção social, Íñiguez (2003) aponta alguns indícios para se adotar uma postura coerente a esta perspectiva.

A postura *antiessencialista* presume que as pessoas e o mundo não possuem uma natureza determinada, mas são constituídos nas práticas sociais. Dessa forma, não é possível conceber a realidade existindo independente do conhecimento que se produz sobre ela – *antirrealismo* –, mas como sendo configurada num emaranhado de versões construídas coletivamente, permitindo uma atitude *relativista*.

Abre-se espaço, assim, para o contínuo *questionamento de verdades*. Estas são concebidas a partir de um ponto de vista pragmático, uma vez que nada mais são do que

descrições feitas de diferentes maneiras, em diferentes épocas e para atingir diferentes propósitos. Logo, não se constituem como objetivo de uma investigação. Sob este prisma, aproxima-se de concepções do filósofo norte-americano Richard Rorty:²

A investigação e a justificação têm vários objetivos locais, mas nenhum objetivo geral chamado verdade... Só haveria um objetivo 'mais elevado' da investigação se houvesse algo como a justificação última – justificação diante de Deus, ou diante do tribunal da razão, ao invés de justificação diante de meras e finitas audiências humanas (Rorty, 2000a, p. 44).

Porém, não se propõe que se viva em um mundo sem “verdades”, apenas acredita-se que elas são versões, sempre específicas, negociadas, construídas, adequadas às finalidades designadas coletivamente como relevantes. É importante ressaltar também o *caráter histórico do conhecimento*: a historicidade na construção do conhecimento se constitui como uma forma de questionar a objetividade dos saberes, considerando que estes são configurados na história da sua produção, nas tradições, nos modos de vida da sociedade e, portanto, não podem ser considerados naturais.

Uma vez compreendido que a “realidade” é construída a partir de nossas práticas cotidianas, pode-se afirmar que a linguagem é um instrumento imprescindível para construí-la. Em outras palavras, a linguagem é *condição de possibilidade* para a configuração da “realidade” na medida em que é uma prática e, como toda prática, provoca efeitos: faz parte das construções, manutenções e mudanças que perpassam as relações sociais. E, ao mesmo tempo, desenvolve-se continuamente nessa tentativa de articular práticas. Inclusive, aqui no Brasil, uma vertente importante de pesquisas construcionistas dá, claramente, ênfase às produções discursivas no cotidiano (M. J. Spink, 1999).

Em função dessa ênfase na linguagem, é interessante notar as relações existentes entre o movimento construcionista e a Psicologia Discursiva, desenvolvidas por autores como Edwards, Antaki, Billig e Wetherell.³ Segundo Edwards e Potter (1992), citados por Garay, Íñiguez e Martínez (2005), a Psicologia Discursiva tem três premissas centrais: (a) o interesse em como as pessoas constroem a “realidade”; (b) a consideração da linguagem como construtora de “realidades”; (c) a compreensão da linguagem como uma prática social. Percebe-se, então, as semelhanças entre as duas perspectivas, inclusive, quanto ao foco de interesse: a produção de sentidos nas práticas cotidianas.⁴

Apesar da Psicologia Discursiva ser considerada uma “ciência social” e não um tipo de Psicologia (como o termo pode aludir), preferimos acompanhar o movimento

construcionista, pois a primeira tem a Psicologia como um de seus principais temas. Sua proposta central, de acordo com Garay et al. (2005, p. 12) é “desalojar noções psicológicas da cabeça dos atores e atrizes individuais... e situá-las na esfera da relação” a partir da investigação de como tais noções são utilizadas cotidianamente nas interações sociais. Não obstante todas as semelhanças apontadas entre a Psicologia Discursiva e o construcionismo, para este a Psicologia é um dos temas de estudo, mas não se configura como seu foco principal.

Nos rastros das Práticas Discursivas

A concepção de que a linguagem constrói versões de mundo e, conseqüentemente, produz “realidades”, refere-se ao *caráter performativo da linguagem* proveniente da obra de John Austin (1962/1998), que se caracteriza pela capacidade da linguagem fazer coisas ou criar estados de coisas. Para esse autor, a principal função da linguagem não é simplesmente descrever o mundo, mas, sim, empreender e executar ações. É pensando a partir da performatividade da linguagem que Íñiguez (2001, p. 12) afirma que “falar é uma ação equivalente a qualquer outra”, tendo em vista os efeitos que provoca.

Assim, considera-se a linguagem como ação ou como prática, que se estabelece como condição de possibilidade para a configuração de “realidades”, constituídas por um “conjunto híbrido de humanos e não-humanos” (Latour, 1994), onde se encontram hábitos, técnicas, arquiteturas, normas, governos, estéticas, materialidades etc. De tal modo que, sob essa perspectiva, a linguagem não é mais vista como uma barreira entre as pessoas e o mundo, mas uma fronteira de articulação (que não une e nem separa, mas que constitui).

Assim, o argumento antiessencialista consiste em dizer que, uma vez que tudo o que as sentenças podem fazer é relacionar os objetos entre si, toda sentença que descrever um objeto irá, implícita ou explicitamente, atribuir-lhe uma propriedade relacional. Nós, antiessencialistas, tentamos substituir a imagem da linguagem como um véu que se interpõe entre nós e os objetos, pela imagem da linguagem como uma maneira de encaixarmos os objetos uns nos outros (Rorty, 2000b, p. 69-70).

A linguagem não é algo que está *entre* as pessoas e o mundo; ela faz parte do mundo e das pessoas, que se constituem mutuamente. Isso quer dizer que o mundo não se restringe a um “mero construto lingüístico” (Rorty, 2000b). Tem-se um conjunto de relações que não nega a materialidade das coisas, mas que, em vez de procurar a natureza intrínseca (pré-lingüística) delas, volta-se para os modos como elas funcionam nesses campos de relações. Sendo assim, a linguagem não pode ser considerada como primária na construção do mundo e das pessoas; ela faz parte de um agenciamento, conceito desenvolvido por Rose (2001a, p. 51):

Por agenciamentos, quero significar a localização e o estabelecimento de conexões entre rotinas, hábitos e técnicas no interior de domínios específicos de ação e valor: bibliotecas e escritórios domésticos, quartos de dormir e casas de banho, tribunais e salas de aula, consultórios e galerias de museu, mercados e lojas de departamento.

Nesse caminho, linguagem não se restringe a uma rede de significações e, conseqüentemente, não há empenho em fazer uma análise acerca do que a linguagem significa, mas em torno do que ela efetiva. Considerar a linguagem como condição de possibilidade é afirmar seu caráter atributivo, constituinte, provocador de regularidades e de descontinuidades, ou seja, ao mesmo tempo em que possibilita a estabilidade de certos acontecimentos, maneiras de ser ou subjetivações, ethos, saberes e poderes, também pode se configurar como um campo de resistências e rupturas. Como afirma Ottoni (2002, p. 137): “o que vai importar não é o que o enunciado ou as palavras significam, mas as circunstâncias de sua enunciação, a *força* que ela tem e o *efeito* que ela provoca”.

Pautados nos estudos de Michel Foucault, consideramos “linguagem agenciada” e “discurso” como *práticas discursivas*, uma vez que essas noções são concebidas como formas de ação no mundo, práticas que, quando exercidas, provocam efeitos como qualquer outra ação. Foucault (1971/1996, 1969/2000) adotou o termo “práticas discursivas” para expressar as condições de uso de discursos, conjuntos de enunciados ou formações discursivas, que possibilitam o exercício de saberes, operando e instituindo acontecimentos em campos estratégicos (exercitando poderes).

Portanto, para Foucault (1971/1996), não há produção de discursos que não seja regulada por relações de poder estabelecidas a partir de procedimentos que funcionam como interdições, supressões, fronteiras e limites, que, por sua vez, tendem a dominar a ampla proliferação de uma formação discursiva. Em suas análises, o autor não separa procedimentos (que controlam, selecionam e organizam) dos enunciados. Procede analisando as relações constitutivas dos discursos, identificando quais os procedimentos que possibilitam sua emergência e os sustentam: os agenciamentos, interesses, posicionamentos e efeitos. Foucault define práticas discursivas:

Não podemos confundi-la com a operação expressiva pela qual um indivíduo formula uma idéia, um desejo, uma imagem; nem com a atividade racional que pode ser acionada em um sistema de inferência; nem com a “competência” de um sujeito falante, quando constrói frases gramaticais; é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições

de exercício da função enunciativa (Foucault, 1969/2000, p. 136).

Seguindo nesta mesma linha, Nikolas Rose (2001b) lembra que é importante não reduzir linguagem à fala. Portanto, a construção do mundo e de nós mesmos não deve ser reduzida a aspectos formais dos discursivos ou a uma análise do que ele significa em si mesmo. É preciso voltar-se:

Para a analítica das técnicas, das intensidades, das autoridades, e dos aparatos... Quem fala, de acordo com que critérios de verdade, de quais lugares, em quais relações, agindo sob quais formas, sustentado por quais hábitos e rotinas, autorizado sob quais formas, em quais espaços e lugares, e sob que formas de persuasão, sanção, mentiras e crueldades? (Rose, 2001b, p. 157-158).

Assim, o estudo sobre as práticas discursivas não se restringe às palavras e frases ou aos significados que elas possuem, mas se volta para a compreensão das relações de poder que perpassam os discursos, suas condições de produção. Na perspectiva foucaultiana, não há motivos para se ocupar nem com conteúdos de verdade, nem com significados ocultos, mas sim, utilizar o discurso no jogo de suas instâncias (Veiga-Neto, 2003).

Dessa forma, cabe questionar como um discurso funciona, o que o tornou possível, que efeitos reverberam. Nesse caminho, entram em jogo saberes e poderes que, em conjunto, ativam regimes de verdade e posições de “sujeito”. Sendo assim, não há verdades ou discursos que não estejam ligados às inúmeras condições (enunciados, posicionamentos, instituições...) que os fazem funcionar; como bem ressalta Deleuze (1992, citado por Veiga-Neto, 2003, p. 122): “A verdade é inseparável do processo que a estabelece”. A ênfase nessa forma de fazer pesquisa implica “problematizar em torno dos regimes de verdade, e não propriamente por dentro deles” (Veiga-Neto, 2003, p. 125).

Práticas Discursivas e Possibilidades de Análise

No estudo sobre práticas discursivas, as análises enfocam a produção e a veiculação de sentidos no cotidiano, basicamente, de duas formas, basicamente, a saber: nas investigações de *documentos de domínio público* (textos, imagens, músicas, por exemplo) e em *entrevistas/conversas* com os participantes da pesquisa (pessoas). O que varia são os modos de interação das materialidades em jogo na pesquisa. Isso porque deve-se entender, seguindo Haraway (1991), que todas as “materialidades são relacionais”. Sobre isto, Spink (2003, p. 04) esclarece citando John Law e Annemarie Moll (1995): “materiais são constituídos interativamente. Fora de suas interações eles não têm existência; não tem realidade. Máquinas, pessoas, o mundo natural, o divino – são todos efeitos ou produtos.”

No primeiro caso, nos documentos de domínio público, privilegia-se uma abordagem arqueológica (no sentido foucaultiano do termo) que busca compreender a emergência e a consolidação de acontecimentos considerados "fatos" e/ou "problemas sociais". Segundo Mélllo (2006), os documentos como fonte de pesquisa, sejam eles documentos oficiais, textos jornalísticos, livros acadêmicos, relatórios, diários, leis, filmes, fotos etc., constituem fontes importantes da análise do uso de noções que circulam na sociedade e geram debates temáticos. Diferente de uma abordagem que os considere matéria de prova, os documentos são fontes de compreensão que permitem localizar a emergência de um tema e a sua consolidação no cenário social, na medida em que adquire intensa visibilidade num determinado momento histórico.

As fontes documentais foram incorporadas ao próprio cotidiano da cultura letrada e são instrumentos que divulgam e debatem esse cotidiano e até buscam a sua normalização. Assim, a pesquisa que toma como base de análise fontes documentais faz com que elas saiam da sombra, deixem de ocupar o lugar de "fontes secundárias" (Méllo, 2006, p. 60).

Méllo (2006) utilizou fontes documentais, (no caso textos, folders e fotos), para investigar como a noção de abuso sexual infantil se tornou um problema social, passando de uma "categoria médica" (relacionada a um trauma físico que é preciso investigar e identificar com precisão) para uma "categoria psíquica" (referente às lesões impressas na "mente", nas lembranças), que requer tratamento psicoterápico. Imersa em redes de negociações de sentidos e fazendo parte dos dispositivos de governamentalidade, a noção de abuso faz parte da gerência das práticas sociais inscritas em documentos que implementam a pedagogia de governos e organizações. Trata-se de considerar os documentos em sua articulação com: quem os produziu, em que ocasiões, que interesses estavam em jogo, como são lidos, quem os lê, que propósitos e negociações estavam em jogo etc. Também, como lembra Peter Spink (1999), é importante reconhecer as regras nas quais os textos são gerados.

No segundo caso, as conversas no cotidiano permitem focalizar o momento da interação. Tal interação, de acordo com Spink e Medrado (1999), pode ser inserida numa perspectiva bakhtiniana, em que a linguagem é, por definição, uma prática social. Considerando que não se constroem sentidos isoladamente, Bakhtin (1929/1995, citado por Spink & Medrado, 1999) propõe o termo "interanimação dialógica" para se referir à dinâmica da construção de sentidos. A interanimação dialógica é o processo que acontece numa conversação, em que os enunciados (um elo numa corrente de outros enunciados, na cadeia de comunicação) de uma pessoa são endereçados a uma ou mais pessoas, e esses se interanimam mutuamente.

Considerando as interações cotidianas como rico material de pesquisa, um recurso metodológico começou a se delinear no estudo sobre práticas discursivas: as Rodas de Conversa. Seguindo por um caminho diverso ao proposto em entrevistas e questionários, que atrelam respostas a perguntas previamente elaboradas como num inquérito, as Rodas de Conversa priorizam discussões em torno de uma temática, de modo a tornar possível dar visibilidade às práticas relacionadas à interação cotidiana. Esse recurso tem sido usado desde 2004 em pesquisas desenvolvidas por participantes do Núcleo de Práticas Discursivas de Belém-PA (Cf. Almeida, 2006; Cruz, 2006; Di Paolo, 2006).

A Roda de Conversa é um recurso que possibilita um maior intercâmbio de informações, possibilitando fluidez de discursos e de negociações diversas entre pesquisadores e participantes. Inicia-se com a exposição de um tema pelo pesquisador a um grupo (selecionado de acordo com os objetivos da pesquisa) e, a partir disso, as pessoas apresentam suas elaborações sobre ele, sendo que cada uma instiga outra a falar, argumentando e contra-argumentando entre si, posicionando-se e ouvindo o posicionamento do outro.

Considerações Finais

Além de propor um contínuo questionamento acerca de noções naturalizadas ao longo do tempo, vale dizer que o movimento construcionista também visa voltar as críticas para si, o que implica um movimento constante de reconsiderar posturas já assumidas e pressupostos/conceitos já construídos para que possam ser reelaborados com uma dinamicidade que não permita que as idéias sejam naturalizadas ou vistas como verdades finais.

Dessa forma, é importante levar em consideração o questionamento de Íñiguez (2003) que aponta alguns indícios para uma paisagem "pós-construcionista". Tendo em vista que a perspectiva começou a propagar-se na Psicologia Social a partir da década de 80, o autor questiona se ela ainda guarda toda a rebeldia do início ou, pelo contrário, é mantida como uma nova forma de ortodoxia que exerce as mesmas práticas de exclusão com os dissidentes (práticas que o próprio construcionismo sofreu no seu surgimento).

Sendo imanentemente questionador, o construcionismo não poderia deixar de sofrer críticas efetuadas no interior do próprio Movimento. Não se trata, no entanto, de abandonar a perspectiva e empreender um levante contra o construcionismo, na busca de novas posturas emancipadoras. Mas de aproveitar algumas de suas concepções para produzir algo diverso. Afinal, novos desafios se impõem à medida que as condições de possibilidade também se modificam, isto é, o conhecimento muda porque mudam as disposições sobre as quais ele versa.

Novos aspectos trazem elementos a somar nos estudos pautados na perspectiva construcionista, porém não podem ser considerados como algo que esteja à parte ou como elementos de transição a um outro estágio – o pós-construcionismo. Ainda mais que os pressupostos do construcionismo não são exclusivamente seus, uma vez que várias perspectivas também os compartilham.

Contudo, adotando o termo pós-construcionismo, estar-se-ia indo na direção inversa da que propõe o Movimento, no que diz respeito a manter uma permanente postura de estranhamento que provoque rupturas com o que parece familiar. Assim, é mais apropriado evitar sufixos e prefixos para demonstrar mudanças, inovações, críticas, que desnaturalizem as regularidades alcançadas e que estejam sempre incorporando novos elementos.

Notas

- ¹ Não utilizamos a concepção de “realidade” como se esta existisse independente dos modos de acessá-la, mas sim existindo nos modos de configurá-la.
- ² Rorty não se denomina construcionista, mas aproxima-se desse movimento pela sua clara postura antiessencialista. Essa observação também se aplica para outros autores utilizados aqui, como Michel Foucault, Gilles Deleuze, Nikolas Rose.
- ³ Cf. Antaki (1981), Billig (1987), Edwards e Potter (1992), Potter e Wetherell (1987).
- ⁴ Em função dessa ênfase no cotidiano também são muito utilizados os trabalhos de Latour e Woolgar (1997). Vale observar que estudos dirigidos ao cotidiano passaram a ter destaque na Psicologia Social a partir, especialmente, dos trabalhos de Serge Moscovici. Porém, como foi afirmado anteriormente, o movimento construcionista caracteriza-se como sendo anti-representacionista, ao contrário dos trabalhos de Moscovici cuja teoria tem como conceito principal a noção de representações sociais, considerada incompatível com os pressupostos deste Movimento (Gergen, 1985; Ibáñez, 2001a, 2001b; Íñiguez, 2001; Medrado, 1998; Mélo, 2006; Spink, 1999, entre outros).

Referências

Almeida, F. S. (2006). *Os sentidos de “mulher violenta” em uma roda de conversa com mulheres de uma ONG*. Trabalho de Conclusão de Curso não-publicado, Departamento de Psicologia Social e Escolar, Universidade Federal do Pará, Belém.

Antaki, C. (1981). *The Psychology of ordinary explanations of social behavior*. London: Academic Press.

Austin, J. (1998). *Como hacer cosas con palabras*. Barcelona, España: Paidós. (Original publicado em 1962)

Bakhtin, M. (1995). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo, SP: Hucitec. (Original publicado em 1929)

Billig, M. (1987). *Arguing and thinking: A Rhetorical Approach to Social Psychology*. Cambridge, MA: Cambridge University Press.

Cruz, A. P. C. (2006). *Mulheres e suas vozes: Repertórios interpretativos de mulheres na menopausa*. Trabalho de Conclusão de Curso não-publicado, Departamento de Psicologia Social e Escolar, Universidade Federal do Pará, Belém.

Di Paolo, A. F. (2006). *Trabalho infantil e perigo: A circulação das noções de perigo entre crianças em situação de trabalho no*

lixão do Aurá. Trabalho de Conclusão de Curso não-publicado, Departamento de Psicologia Social e Escolar, Universidade Federal do Pará, Belém.

Edwards, D., & Potter, J. (1992). *Discursive Psychology*. London: Sage.

Foucault, M. (1996). *A ordem do discurso* (3. ed.). São Paulo, SP: Loyola. (Original publicado em 1971)

Foucault, M. (2000). *A arqueologia do saber* (6. ed.). Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária. (Original publicado em 1969)

Garay, A. I., Íñiguez, L., & Martínez, L. M. (2005). *La perspectiva discursiva en Psicología Social - subjetividad y procesos cognitivos*. Retirado em 2 jan. 2006, de http://www.uces.edu.ar/publicaciones/archivos/revista_subjetividad/numero7/105-130.pdf.

Gergen, K. J. (1985). The social constructionist movement in modern Psychology. *American Psychologist*, 40(3), 266-275.

Ibáñez, T. (2001a). El giro lingüístico. In L. Íñiguez (Ed.), *El llenguatge en les ciències humanes i socials*. Barcelona, España: Universitat Oberta de Catalunya.

Ibáñez, T. (2001b). *Municiones para disidentes: realidad, verdad, política*. Barcelona, España: Gedisa.

Ibáñez, T. (2004). O “giro lingüístico”. In L. Íñiguez (Ed.), *Manual de análise do discurso em Ciências Sociais* (pp. 19-49). Petrópolis, RJ: Vozes.

Íñiguez, L. (2001). El llenguatge en les ciències socials. In L. Íñiguez (Ed.), *El llenguatge en les ciències humanes i socials*. Barcelona, España: Universitat Oberta de Catalunya.

Íñiguez, L. (2003). La psicología social en la encrucijada postconstrucionista: historicidad, subjetividad, performatividad, acción. In *XII Encontro Nacional da ABRAPSO*, Porto Alegre, RS.

Haraway, D. (1991). A cyborg manifesto: Science, technology and socialist-feminism in the late twentieth century. In D. Haraway. *Simians, cyborgs and women: The reinvention of nature* (pp. 149-181). New York: Routledge.

Latour, B. (1994). *Jamais fomos humanos: Ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. 34.

Latour, B., & Woolgar, S. (1997). *A vida de laboratório: A produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro, RJ: Relume-Dumará.

Law, J., & Moll, A. (1995) Notes on materiality and sociality. *The Sociological Review*, 43(2), 274-294.

Machado, R. (1992). Por uma genealogia do poder. In M. Foucault. *Microfísica do poder* (pp. VII-XXIII). Rio de Janeiro, RJ: Graal. (Original publicado em 1979)

Medrado, B. (1998, jan./jun). Das representações aos repertórios: Uma abordagem construcionista. *Psicologia & Sociedade*, 10(1), 86-103.

Mélo, R. P. (2006). *A construção da noção de abuso sexual infantil*. Belém, PA: Editora da Universidade Federal do Pará.

Otoni, P. (2002). John Langshaw Austin e a visão performativa da linguagem. *DELTA*, 18(1), 117-143.

Potter, J., & Wetherell, M. (1987). *Discursive and Social Psychology. Beyond attitudes and behavior*. London: Sage.

Rasera, E. F., Guanaes, C., & Japur, M. (2004). Psicologia, ciência e construcionismo: Dando sentido ao self. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 17(2), 157-165.

Rorty, R. (2000a). Verdade sem correspondência com a realidade. In C. Magro & A. M. Pereira (Eds.), *Pragmatismo: A filosofia da criação e da mudança* (pp. 19-52). Belo Horizonte, MG: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais.

Rorty, R. (2000b). Um mundo sem substâncias ou essências. In C. Magro & A. M. Pereira (Eds.), *Pragmatismo: A filosofia da*

- criação e da mudança* (pp. 55-92). Belo Horizonte, MG: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais.
- Rose, R. (2001a). Como se deve fazer a história do eu? *Educação e Realidade*, 26(1), 33-57.
- Rose, R. (2001b). Inventando nossos eus. In T.T. Silva (Org.), *Nunca fomos humanos – nos rastros do sujeito* (pp. 139-204). Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Spink, M. J. (Ed.). (1999). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: Aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo, SP: Cortez.
- Spink, M. J. (2003). Subvertendo algumas dicotomias instituídas pelo hábito. In M. J. Spink. *Athenea Digital*, 4, 1-15.
- Spink, M. J., & Medrado, B. (1999). Produção de sentidos no cotidiano: Uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In M. J. Spink (Ed.), *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: Aproximações teóricas e metodológicas* (pp. 41-61). São Paulo, SP: Cortez.
- Spink, P. K. (1999). Análise de documentos de domínio público. In M. J. Spink (Ed.), *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: Aproximações teóricas e metodológicas* (pp. 123-151). São Paulo, SP: Cortez.
- Veiga-Neto, A. (2003). *Foucault e a educação*. Belo Horizonte, MG: Autêntica.

Ricardo Pimentel Mello é professor do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará. Doutor

em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Autor do livro "A construção da noção de abuso sexual infantil". Endereço para correspondência: Rua Expedito Lopes, 1956, apto. 101, Bairro Joaquim Távora. Fortaleza, CE, 60135-080. Tel.: (85) 3244-01-54.
ricardo_pm@uol.com.br

Alyne Alvarez Silva é Psicóloga e Professora Substituta da Faculdade de Psicologia da Universidade Federal do Pará.

Maria Lúcia Chaves Lima é Psicóloga e Professora Substituta da Faculdade de Psicologia da Universidade Federal do Pará.

Angela Flexa Di Paolo é Psicóloga, integrante do Núcleo de Práticas Discursivas da Universidade Federal do Pará.

Construcionismo, Práticas Discursivas e possibilidades de pesquisa em Psicologia Social

Ricardo Pimentel Méllo, Alyne Alvarez Silva, Maria Lúcia Chaves Lima e Angela Flexa Di Paolo

Recebido: 22/11/2006

1ª revisão: 5/03/2007

2ª revisão: 30/05/2007

Aceite final: 1/06/2007